

Frente Ampla, Chile Digno, Igualdade, organizações sociais e independentes inscrevem o pacto Aprovo Dignidade mirando à CC

Via [El Desconcierto](#)

Esta lista incluirá as e os aspirantes a constituintes das organizações políticas RD, CS, Unir, Comunes, Fuerza Común, PC, FRVS, Izquierda Libertaria, Partido Igualdad y Acción Humanista, assim como os candidatos independentes e organizações sociais.

Nesta segunda-feira, 11 de janeiro, dia em que termina o prazo para o registro de candidaturas para as próximas eleições em abril, a Frente Ampla, Chile Digno, Igualdade, representantes de organizações sociais (Unidade Social, Comunidade pela Dignidade, Vitória Popular e Socialistas Allendistas, entre outros) e independentes, apresentaram por volta do meio-dia nos escritórios da Servel a inscrição formal de “Aprovo Dignidade”, pacto com o qual se agruparão para concorrer às cadeiras constituintes.

Durante o evento, e com respeito à inscrição do pacto e ao grande desafio eleitoral que se aproxima, com o qual disputarão quem redigirá a nova Constituição, a deputada e líder da RD, Catalina Perez, disse que “este é, sem dúvida, o marco mais importante de nossa geração”.

“Nascemos para lutar pela dignidade de nosso povo e daqueles que virão, para que nunca mais no Chile os privilégios de uns poucos nos tirem os direitos da maioria”. Isso nos custou caro: dezenas de pessoas assassinadas, centenas de olhos que

foram mutilados por agentes do Estado e milhões de pessoas que saíram e ainda seguem deixando tudo nas ruas, mantendo viva a esperança. Hoje, continuamos a lutar para que nada disto seja em vão”, disse o parlamentar.

Na mesma linha, o presidente da Comunes, Jorge Ramírez, disse que “conseguimos alcançar o mais amplo acordo possível de forças de transformação, de mudança, mas que eles também têm uma posição muito clara em relação ao que precisa ser feito na Convenção Constitucional. As organizações e partidos políticos têm que entender que o órgão constituinte, a Assembleia Constituinte, pertence aos cidadãos.

Transferência de poder para o povo

Enquanto isso, o presidente do Fuerza Común, Fernando Atria, se referiu à sua experiência nestes assuntos, esclarecendo que ele vem “falando há décadas sobre a necessidade de acabar com uma Constituição, que só nos impede de assumir o controle de nosso próprio destino. Esta nova Constituição trata de transferir o poder para onde ele pertence em uma democracia: para o povo.”

Também o deputado e presidente da PC, Guillermo Tellier, fez referência ao acordo, explicando que o que está em conformidade com este pacto “é uma lista que expressa uma grande diversidade de mulheres e homens, líderes destacados do mundo social e sindical, dos territórios, das organizações de bairro, dos sem-teto; é uma lista que representa definitivamente a sociedade chilena e, sobretudo, é representativa das demandas expressas na explosão social e que busca uma nova constituição e um novo modelo de desenvolvimento. Uma lista transformadora e anti-neo-liberal, por isso estamos felizes com o que vamos oferecer ao povo do Chile.

Lista diversa, mas convergente

“Registramos uma lista de paridade, com a participação de

organizações sociais independentes de diferentes tipos”, disse o deputado Tomás Hirsch, coordenador da Ação Humanista, na mesma linha. “É uma lista muito diversificada, mas que converge em termos de aspirações e lutas. Creio que isto poderia representar as exigências e desejos do Chile que se levantou com força e esperança em outubro de 2019”, disse ele, acrescentando que eles estão colaborando com candidatos em diferentes distritos do país para promover estas exigências e traduzi-las em uma contribuição para esta nova Constituição.

Das organizações sociais que participam desta aliança, o líder da Comunidade pela Dignidade e candidato constituinte Gonzalo Bacigalupe, disse que “como parte deste coletivo e incorporando toda a experiência em pesquisa de desastres e entre eles a pandemia, espero contribuir para a redação de uma constituição que proteja os direitos humanos, os da natureza, e que seja feminista e anti-neoliberal”.

Finalmente, Verónica Molina, líder da Unidad Social, destacou que “este pacto não só reflete o desejo do povo mobilizado nas ruas por uma constituição democrática e direitos sociais e econômicos, mas também nos dá a certeza de que, juntamente com os partidos políticos presentes nesta lista, continuaremos trabalhando para promover as demandas do povo: saúde, pensões justas, educação, direitos humanos, a libertação dos presos políticos do levante social e equidade de gênero”.